

CONSELHOS MUNICIPAIS DE ESPORTE E LAZER E OUTRAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DIRETA NO ESTADO DO PARANÁ

Fernando Augusto Starepravo¹, Fernando Marinho Mezzadri²

¹ Faculdade Guairacá, CEPELS/UFPR. ² CEPELS/UFPR.

RESUMO

Este artigo busca discutir as políticas públicas para o esporte e lazer a partir dos dados referentes aos conselhos municipais de esporte e lazer e outras formas de participação direta nos municípios do estado do Paraná. Optamos por discutir os conceitos do sociólogo Pierre Bourdieu, bem como do cientista político Norberto Bobbio, fundamentando os dados obtidos através da coleta de dados do projeto “Diagnóstico das Políticas Públicas, Espaços e Hábitos de Esporte e Lazer no Estado do Paraná” – Rede CEDES. Bourdieu nos atenta aos mecanismos que determinam as posições dos agentes dentro do campo político, através da distribuição desigual de capital e a estrutura inflexível de poder. Bobbio, por outro lado, nos coloca a necessidade de avançar de um modelo representativo para um modelo de democracia mais direta, onde a tomada de decisões no âmbito político esteja mais próxima da população. O que se vê na realidade estudada – políticas públicas para o esporte e lazer nos municípios paranaenses –, porém, é que não há iniciativas a fim de garantir uma maior participação popular. Pelo contrário, em alguns casos os mecanismos de participação popular são interpretados como ferramentas políticas que podem ser utilizadas contra os agentes políticos consolidados no poder.

Palavras chave: Esporte, lazer, políticas públicas, conselhos municipais.

INTRODUÇÃO

O grupo de pesquisas em políticas públicas para o esporte e o lazer do Centro de Estudos em Esporte, Lazer e Sociedade (CEPELS) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) vem realizando, desde 2004, uma pesquisa de campo intitulada “Diagnóstico das Políticas Públicas para o Esporte e Lazer no Estado do Paraná”, onde buscamos fazer um levantamento sobre as políticas de esporte e lazer praticadas nos municípios paranaenses. Posteriormente, a pesquisa recebeu apoio do Ministério do Esporte, através da Rede CEDES (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer), sendo reformulada e ampliada. Com isso, a UFPR passou a integrar a Rede CEDES, uma rede nacional coordenada pelo Ministério do Esporte que discute temáticas relacionadas ao esporte recreativo e ao lazer.

O projeto na sua essência visa criar um banco de dados diagnosticando junto as Secretarias Municipais de esporte e lazer do estado do Paraná, um quadro geral que demonstre as políticas públicas realizadas nesses setores. Armazenar os dados diagnosticando essa realidade torna-se fundamental para que as ações do Estado se concretizem de maneira mais comprometida com os anseios e necessidades da sociedade.

Cabe destacar que a pesquisa foi desenvolvida na sua primeira fase em quinze cidades do Estado do Paraná, divididas em dois grupos. O primeiro grupo trata inicialmente dos municípios do litoral paranaense: Guaratuba, Pontal do Paraná, Morretes, Antonina, Matinhos e Guaraqueçaba. O segundo grupo é constituído por cidades com mais de 100.000 habitantes: Londrina, Foz do Iguaçu, Cascavel, Maringá, Colombo, São José dos Pinhais, Araucária, Piraquara e Campina Grande do Sul.

Utilizando a técnica da entrevista estruturada, construímos o protocolo norteador para a realização das entrevistas juntos aos secretários Municipais de Esporte e Lazer ou o responsável correspondente ao cargo das cidades acima citadas. O protocolo é composto por três eixos norteadores: 1 – Estrutura Administrativa; 2 – Gestão Pública dos Municípios; 3 – Projetos e Eventos desenvolvidos nos municípios. A partir das redes de interdependência desses três eixos podemos compreender melhor as políticas públicas das cidades pesquisadas.

O resultado detalhado desta primeira fase da pesquisa foi publicado por Mezzadri et all (2006)¹. No presente artigo estaremos tratando de um tópico específico da pesquisa realizada: a ampliação da participação de agentes não ligados ao poder público, através dos conselhos municipais de esporte e lazer, além de outras formas de participação direta.

Descrição Metodológica

Para realizar o levantamento das políticas públicas realizadas nos municípios do estado do Paraná, se utilizou como procedimento de técnica metodológica entrevista com os secretários municipais de Esporte e Lazer ou o responsável correspondente ao cargo. Nesta direção, GIL (1999, p. 117) argumenta que,

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessem à investigação. A entrevista é portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais.

Dentro das diversas técnicas de entrevistas utilizadas nas pesquisas em políticas públicas, utilizamos a entrevista estruturada com questões abertas e fechadas referentes ao tema proposto. GIL (1999, p. 121), com relação à entrevista estruturada define que:

A entrevista estruturada desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados, que geralmente são em grandes números. Por possibilitar o tratamento quantitativo dos dados, este tipo de entrevista torna-se o mais adequado para o desenvolvimento de levantamentos dos dados, este tipo de entrevista torna-se mais adequado para o desenvolvimento de levantamentos sociais.

AMOSTRAS

A entrevista foi realizada com os secretários municipais de esporte e lazer ou responsáveis correspondentes ao cargo, em quinze municípios do estado do Paraná, divididos em dois grupos distintos. O primeiro grupo composto por municípios do litoral do estado: Guaratuba, Pontal do Paraná, Morretes, Antonina, Matinhos e Guaraqueçaba. E o segundo formado por municípios com mais de 100.000 habitantes: Londrina, Foz do Iguaçu, Cascavel, Maringá, Colombo, São José dos Pinhais, Araucária, Piraquara e Campina Grande do Sul.

PROTOCOLOS UTILIZADOS

Partindo da técnica da entrevista estruturada, desenvolvemos o protocolo norteador para a realização das entrevistas juntos aos secretários municipais de esporte e lazer ou o responsável correspondente ao cargo, composto por três eixos norteadores: Estrutura Administrativa, Gestão Pública dos Municípios, Projetos e Eventos desenvolvidos nos municípios.

Como já citado, neste artigo estamos preocupados com uma temática específica da pesquisa: a ampliação da participação de agentes não ligados ao poder público, através dos conselhos municipais de esporte e lazer, além de outras formas de participação direta. Dentro do protocolo proposto da entrevista, este item está dentro do segundo bloco, o qual trata da gestão pública nos municípios.

Este bloco contém onze questões relacionadas à gestão pública dos municípios. Uma das questões relevantes ao trabalho trata da existência dos conselhos municipais de esporte e lazer, considerando que sua constituição possibilita uma maior intervenção e controle social frente às ações do

¹ MEZZADRI, F. et al. *Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas*. Jundiaí, SP: Fontoura, 2006.

poder público. E a outra questão pertinente foi levantarmos o nível de participação da sociedade na elaboração das atividades de esporte e lazer.

DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

A parte do protocolo referente à Gestão Pública dos Municípios, contém onze questões relacionadas ao tema, sendo a presença do Conselho Municipal de Esporte o primeiro questionamento realizado.

Nas cidades pesquisadas, Foz do Iguaçu, Cascavel, Maringá, São José dos Pinhais, Araucária, Colombo, Piraquara, Campina Grande do Sul, Guaratuba, Pontal do Paraná, Morretes, Antonina, Matinhos e Guaraqueçaba, constatou-se que nenhuma delas apresentou Conselho Municipal de Esporte e Lazer. Londrina é o único município que possui um Conselho, porém este é especificamente administrativo e ocorre junto a Fundação do Esporte (autarquia responsável pelo desenvolvimento pelo esporte e lazer no Município). Algumas cidades como Foz do Iguaçu e Maringá justificaram a falta de um Conselho Municipal para o esporte. A primeira alegou que existia um Conselho, porém o prefeito vetou este, pois teria se tornado uma ferramenta política na cidade. Já Maringá justificou-se, pois grande parte das suas ações voltadas ao esporte foi designada pelas Associações Esportivas.

Outra questão pesquisada corresponde ao nível de envolvimento da sociedade na elaboração das atividades de esporte e lazer. Neste sentido, questionou-se a presença de um plano norteador da Secretaria ou Departamento responsável pelo esporte e lazer, pois este determina a intenção e os objetivos da gestão, direcionando suas ações.

Tratando deste envolvimento da comunidade na elaboração das atividades de esporte e lazer, constatamos que apenas a cidade de Araucária realiza audiências públicas específicas para o Esporte e Lazer. Nas demais cidades pesquisadas a sociedade não participa da elaboração do plano de governo. A representação da sociedade junto as Secretarias Municipais de esporte e lazer ocorre nos casos de Londrina, Foz do Iguaçu, Cascavel, São José dos Pinhais, Guaratuba e Maringá, através das Associações de Bairros.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Elegemos os autores Pierre Bourdieu e Norberto Bobbio como nossos interlocutores para debater a ampliação da participação de agentes não ligados ao poder público, através dos conselhos municipais de esporte e lazer e outras formas de participação direta.

No texto “A representação política: elementos para uma teoria do campo político”, Bourdieu começa afirmando que:

Toda a análise da luta política deve ter como fundamento as determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político, para não ser levada a naturalizar os mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação entre os agentes politicamente ativos e os agentes politicamente passivos e a construir em leis eternas as regularidades históricas válidas nos limites de um estado determinado da estrutura da distribuição do capital.²

Neste trecho, o autor nos coloca a necessidade de entendermos o campo político, sua divisão de trabalho e distribuição de capital, para não naturalizar o abismo que separa os agentes politicamente ativos (os políticos e gestores) e os agentes politicamente passivos (aqueles que os elegem). Esta divisão desigual de poder é algo historicamente construído e amplamente admitido pelos agentes envolvidos, já que não há interesse pela inserção de novos agentes em um campo onde poucos detêm o monopólio da produção.

Com isso, as necessidades dos agentes politicamente passivos por vezes não tem coro nas ações realizadas pelos detentores do poder no campo político. Para Bourdieu,

... os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermédio sobretudo da relação que os mandantes, em consequência da sua distancia diferencial em relação

² BOURDIEU, 2004a, p. 163.

aos instrumentos de produção política, mantém com os seus mandatários e da relação que estes últimos, em consequência de suas atitudes, mantém com suas organizações.

Não são apenas as ações dos políticos e gestores que fazem com que a campo político tenha esta estrutura, mas também as atitudes ou não-atitudes dos que estão à margem do processo de decisão política, e a relação que mantém com as instituições do poder público.

A produção dentro do campo fica então a cargo dos agentes politicamente ativos, os quais oferecem opções de políticas e ações públicas voltadas aos interesses que estes interpretam como prioritários.

*O campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de consumidores, devem escolher, com probabilidades de mal entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção.*⁴

Isso pode fazer com que as opções oferecidas pelos agentes eleitos para a representação política não estejam em harmonia com os anseios daqueles que os elegeram. E a estrutura de distanciamento está a tal ponto consolidada, que há uma naturalização também desse descompasso entre oferta e demanda dentro do campo político.

*Monopólio de produção entregue a um corpo de profissionais, quer dizer, a um pequeno número de unidades de produção, controladas elas mesmas pelos profissionais; constrangimentos que pesam nas opções dos consumidores, que estão tanto mais condenados a fidelidade indiscutida às marcas conhecidas e a delegação incondicional nos seus representantes quanto mais desprovidos estão de competência social para a política e de instrumentos próprios de produção de discursos ou atos políticos: o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem.*⁵

Pela inacessibilidade aos mecanismos de produção no campo político, a maioria das pessoas acaba ficando a margem do processo de decisão política, tendo que se contentar com o que lhe são disponibilizados pelas unidades produtoras. Isso faz com que o campo político se apresente enquanto um dos espaços sociais mais restritivos e inacessíveis à entrada de novos agentes.

Com isso mantém-se uma estrutura inflexível, aparentemente difícil de ser alterada. Porém, existem algumas tentativas no contexto mundial de participação popular através de formas de democracia mais direta. No âmbito do esporte e do lazer podemos citar a criação de Conselhos Municipais e Estaduais de Esporte e Lazer, órgãos consultivos ou deliberativos que podem fornecer meios de acesso de agentes não pertencentes ao grupo dos politicamente ativos aos processos de decisão política.

A criação dos Conselhos Municipais de Esporte e Lazer consolida um passo na direção da implantação de uma democracia mais direta, que segundo o pensamento de Bobbio,

*Creio que se deve falar justamente de uma verdadeira reviravolta no desenvolvimento das instituições democráticas, reviravolta esta que pode ser sinteticamente resumida numa fórmula do seguinte tipo: da democratização do Estado à democratização da sociedade.*⁶

A democracia direta vem auxiliar na efetiva democratização da sociedade. Contrapondo a atual situação a qual vivemos, a delegação das funções, denominado por Bobbio como democracia representativa.

A expressão democracia representativa significa genericamente que as deliberações

³ Id.Ibid., p. 164.

⁴ Id.Ibid., p. 164.

⁵ Id.Ibid., p. 166.

⁶ Bobbio, 2003, p. 56.

*coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte mas por pessoas eleitas para esta finalidade.*⁷

Entendemos que a definição de democracia direta, nos evidencia ainda mais a necessidade de criarmos imediatamente os Conselhos Municipais de Esporte e Lazer, já que segundo os dados expostos acima estes conselhos praticamente não existem nos municípios do estado do Paraná, sob o risco de perdermos cada vez mais a representatividade no interior da sociedade. Compreendemos também, que a democracia somente se fortalece com a participação dos cidadãos e com o controle dos mesmos sobre as ações políticas. Desta maneira a incorporação do esporte e lazer com direito do cidadão depende da participação da sociedade nas ações públicas.

CONCLUSÃO

Podemos constatar, tanto nas palavras de Bourdieu, como nas de Bobbio, que o modelo hoje predominante é o modelo representativo, onde os eleitores, através do voto delegam o poder de decisão aos eleitos.

Bourdieu nos atenta aos mecanismos que determinam as posições dos agentes dentro do campo político, através da distribuição desigual de capital e a estrutura inflexível de poder. Bobbio, por outro lado, nos coloca a necessidade de avançar de um modelo representativo para um modelo de democracia mais direta, onde a tomada de decisões no âmbito político esteja mais próxima da população.

O que se vê na realidade estudada – políticas públicas para o esporte e lazer nos municípios paranaenses – é que não há iniciativas a fim de garantir uma maior participação popular. Pelo contrário, em alguns casos os mecanismos de participação popular são interpretados como ferramentas políticas que podem ser utilizadas contra os agentes políticos consolidados no poder.

É preciso rever a relação entre os políticos e gestores públicos e a população, pois com o amadurecimento da democracia, as formas de participação direta ganham uma grande importância no sentido de buscar legitimidade e soluções originais às demandas sociais.

Buscamos neste texto trazer uma discussão pontual sobre participação nas políticas públicas para o esporte e lazer, relacionando aos conceitos teóricos de dois autores das Ciências Sociais. Não buscamos esgotar aqui esta discussão, e sim iniciá-la de forma mais aprofundada, relacionando os dados empíricos às teorias no campo das Ciências Sociais.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, N. **A teoria das formas de governo**. Brasília: 10ª ed. Editora UNB, 1997.

_____. **Teoria Geral da Política. A filosofia política e as lições dos clássicos**.

Organizado por Michelangelo Bovero; tradução Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000 – 12 reimpressão. 2000.

_____. **O Futuro da Democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Entre duas Repúblicas: às origens da democracia italiana**. Brasília: Editora UNB: São Paulo: Imprensa *oficial do Estado*, 2001.

_____. **Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 10ª ed. 2003.

BOURDIEU, P. Como é possível ser esportivo? *In: Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.

_____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1983b.

⁷ Id.Ibid.

_____. **Pierre Bourdieu: sociologia / organizador** [da coletânea] Renato Ortiz; (tradução de Paula Montero e Alcía Auzmendi). – São Paulo: Ática, 1983c.

_____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983d.

_____. O capital social: notas provisórias. *In*: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998a.

_____. Os três estados do capital cultural. *In*: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998b.

_____. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. *In*: BOURDIEU, P. **O poder simbólico** – 7ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2004a.

_____. **O poder simbólico / Pierre Bourdieu**; tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 7ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2004b.

MARCHI JR., W. **“Sacando” o voleibol: do amadorismo à espetacularização da modalidade no Brasil (1970-2000)**. Campinas, 2001. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

MEZZADRI, F.; CAVICHIOLLI, F. R.; SOUZA, D. L. **Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas**. Jundiaí, SP: Fontoura, 2006.

ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994.

PINTO, L. **Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social / Louis Pinto**; tradução Luiz Alberto Monjardim. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.